



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: PICUÍ			
CURSO: TECNÓLOGO EM AGROECOLOGIA			
DISCIPLINA: Leg. Agrária e Ambiental		CÓDIGO DA DISCIPLINA:	
PRÉ-REQUISITO: Não há			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [x] Optativa [] Eletiva []		SEMESTRE/ANO:2023.1	
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 40h	PRÁTICA:	EaD¹:	EXTENSÃO:
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2h			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 40h			
DOCENTE RESPONSÁVEL: Luís Augusto de Mendonça Ribeiro			

EMENTA

A Dimensão Internacional da temática Ambiental ou a internacionalização da questão ambiental; Teoria geral do direito ambiental brasileiro; noções de direito ambiental brasileiro; Posituação da matéria ambiental no Brasil; Tutela administrativa do Meio Ambiente; Tutela penal do ambiente; Tutela civil do meio ambiente; Lei da Agroecologia; Introdução ao estudo do direito agrário; Institutos do direito agrário brasileiro; A propriedade da terra no Brasil; Política agrária e reforma agrária; Contratos agrários.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral:

Conferir aos alunos noções básicas essenciais do direito brasileiro ambiental e agrário, inerentes ao contexto das atividades agroecológicas. Habilitar os alunos para gerenciar e desenvolver adequadamente sua atividade profissional prevenindo conflitos e otimizando resultados com foco nas repercussões legais de suas ações.

Específico(s):

Compreender a origem da proteção ao direito ambiental e os princípios a ele atinentes. Conhecer as principais normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro no que se refere à legislação ambiental e agrária. Perceber a interdisciplinaridade entre agroecologia, desenvolvimento sustentável e as normas pertinentes ao Direito Ambiental e Agrário. Conhecer os instrumentos legais previstos para efetivar as normas ambientais e agrárias..

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.1 Desenvolvimento sustentável e sua relação com o direito ambiental e agrário: Conceitos introdutórios. Desenvolvimento sustentável na Constituição Federal de 1988, preâmbulo, princípios fundamentais; Objetivos do direito ambiental e agrário.

1.2 Princípios do direito ambiental: conceitos e características dos princípios jurídicos. Supremacia do Interesse Público na Proteção do Meio Ambiente em Relação aos Interesses Privados. Indisponibilidade do Interesse Público na Proteção do Meio Ambiente. Garantia do Desenvolvimento Econômico e Social Ecologicamente Sustentado. Função Social e Ambiental da Propriedade. Preservação. Prevenção de Danos e Degradações Ambientais. Responsabilização das Condutas e Atividades Lesivas ao Meio Ambiente. Respeito à Identidade, Cultura e Interesses das Comunidades Tradicionais e Grupos Formadores da Sociedade. Cooperação Internacional em Matéria Ambiental.

1.3 Internacionalização do direito ambiental: Direitos ambiental enquanto direitos humanos. Crise ambiental pós-segunda guerra mundial e preocupação internacional. Conferência de Estocolmo em 1972. ECO-92 ou Cúpula da Terra. RIO+10 ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio +20.

1.4 Política Nacional do Meio Ambiente: Definição legal de meio ambiente, degradação e poluição. Princípios e objetivos específicos 20 20 da política nacional do meio ambiente. Instrumentos para efetivação dos objetivos. SISNAMA. Licenciamento.

2.1 Direito agrário: contexto histórico da questão agrária no Brasil. O papel do Estado na questão agrária. Reinvidicações sociais ao acesso a terra. Reforma agrária. Desenvolvimento econômico e social.

2.2 Princípios do direito agrário. Princípio da função social da propriedade. Interesse público sobre individual. Proteção a propriedade familiar. Conservação e preservação dos recursos naturais.

2.3 Estatuto da Terra: conceitos introdutórios. Terras públicas e terras particulares. Reforma agraria e distribuição da terra. Financiamento da Reforma agrária. Execução e Administração da Reforma Agraria. Política de desenvolvimento Rural. Colonização. Assistência e Proteção a Economia Rural

2.4 Contratos agrários: características gerais dos contratos. Particularidades dos contratos agrários. Arrendamento rural. Parceria Agropecuária.

2.5 Lei da agroecologia.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositiva dialogada; estudo individual e em grupo de textos científicos: resumos, comentários; seminários, participação em grupos.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Quadro
- Projetor
- Vídeos/DVDs
- Periódicos/Livros/Revistas/Links
- Equipamento de Som
- Laboratório
- Softwares²
- Outros³

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

(Especificar quantas avaliações e formas de avaliação – avaliação escrita objetivo, subjetiva, trabalho, seminário, artigo, etc. - para integralização da disciplina/componente curricular, incluindo a atividade de recuperação final.)

Contínua através de: Provas escritas objetivas/subjetivas e trabalhos teóricos/práticos orientados em sala de aula.

ATIVIDADE DE EXTENSÃO⁴

- Compartilhamento e da troca de conhecimentos sugerindo ações que apontem para a solução das questões presentes no contexto social;
- Vivência dos seus conhecimentos, gerando impacto na sua formação humana e profissional;
- Construção, compartilhamento e aplicação de conhecimentos bem como por outras atividades acadêmicas e sociais

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Paulo Bessa. Curso de Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lúmen Júris 2012.

BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário, Livraria do Advogado 2012.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. São Paulo: Revista Dos Tribunais.

PARAIBA, 2011, Lei 9.360 de 1 de junho de 2011, disponível em http://201.73.83.244:8082/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/9864_texto_integral. acessado em 31 de março de 2012.

Bibliografia complementar:

BALBIM, Leonardo Isper Nassif; DE CARVALHO, Nathan Castelo Branco;

LEHFELD, Lucas de Souza. Código florestal comentado e anotado (artigo por artigo. – 3ª. ed. ver., e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

COELHO, José Fernando Lutz. Contratos agrários: uma visão neo-agrarista. Curitiba: Juruá, 2011.

OPITZ, Sílvia C. B. Curso completo de direito agrário. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, Olmiro Ferreira da. Direito ambiental e ecologia: aspectos filosóficos contemporâneos. 1. ed. Barueri: Manole, 2003.

ZIBETTI, Darcy Walmor. Teoria tridimensional da função da terra no espaço rural. Curitiba: Juruá, 2010.

OBSERVAÇÕES

(Acréscitar informais complementares ou explicativas caso o docente(s) considere importantes para a disciplina/componente curricular)

- 1 Para a oferta de disciplinas na modalidade à distância, integral ou parcial, desde que não ultrapassem os limites definidos em legislação.
- 2 Nesse ítem o professor deve especificar quais softwares serão trabalhados em sala de aula.
- 3 Nesse ítem o professor pode especificar outras formas de recursos utilizadas que não estejam citada.
- 4 Nesse ítem deve ser detalhado o PROJETO e/ou PROGRAMA DE EXTENSÃO que será executado na disciplina. Observando as orientações do Art. 10, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, da Instrução Normativa que trata da construção do **Plano de Disciplina**.
- 5 Observar os mínimos de 3 (três) títulos para a bibliografia básica e 5 (cinco) para a bibliografia complementar.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Luis Augusto de Mendonca Ribeiro**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 17/01/2023 17:42:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/01/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 376901
Verificador: 5d73589554
Código de Autenticação:

